Sociedade e Cultura | ISSN: 1980-8194 DOI: 105216/sec.v29.84134

Da centralização à interiorização: lógicas espaciais nas Reuniões Anuais e Regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

From centralization to interiorization: spatial logics in the Annual and Regional Meetings of the Brazilian Society for the Advancement of Science (SBPC)

De la centralización a la interiorización: lógicas espaciales en las Reuniones Anuales y Regionales de la Sociedad Brasileña para el Progreso de la Ciencia (SBPC)

Guilherme Augusto Hilário Lopes
Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil
gahlopes@furb.edu.br

Marcos Antônio Mattedi
Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil
mam@furb.br

Maiko Rafael Spiess
Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil
mspiess@furb.br

Resumo: O artigo analisa a distribuição espacial das Reuniões Anuais e Regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 1949 e 2025, discutindo como esses eventos expressam padrões de centralização, interiorização e circulação científica no Brasil. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter documental e histórico-espacial, com base em registros institucionais da SBPC, documentos de memória institucional, sínteses históricas e sistematização das sedes das reuniões por ano, município, unidade da federação e região geográfica. Os resultados indicam duas lógicas complementares: as Reuniões Anuais tendem a se concentrar em estados

com maior densidade institucional, infraestrutura acadêmica e capacidade logística, especialmente no Sudeste; as Reuniões Regionais e Especiais apresentam maior capilaridade territorial, aproximando a agenda científica de universidades, redes educacionais e públicos situados fora dos principais centros consolidados. Argumenta-se que a espacialização desses eventos não constitui apenas um dado administrativo, mas uma dimensão relevante da organização territorial da ciência brasileira, pois torna visíveis assimetrias de infraestrutura, capacidade institucional e circulação científica. Conclui-se que as reuniões da SBPC atuam como dispositivos de circulação pública da ciência, ao mesmo tempo em que evidenciam a permanência de centralidades e desigualdades regionais historicamente constituídas.

Palavras-chave: SBPC; eventos científicos; sociologia da ciência; geografia da ciência; territorialização da ciência.

Abstract: This article analyzes the spatial distribution of the Annual and Regional Meetings of the Brazilian Society for the Advancement of Science (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC) between 1949 and 2025, discussing how these events express patterns of centralization, territorial capillarization, and scientific circulation in Brazil. The research adopts a qualitative, documentary, and historical-spatial approach, based on SBPC institutional records, documents related to institutional memory, historical syntheses, and the systematization of meeting venues by year, municipality, federative unit, and geographic region. The results indicate two complementary logics: the Annual Meetings tend to concentrate in states with greater institutional density, academic infrastructure, and logistical capacity, especially in the Southeast; the Regional and Special Meetings show greater territorial capillarity, bringing the scientific agenda closer to universities, educational networks, and audiences located outside the main consolidated centers. The article argues that the spatialization of these events is not merely an administrative matter, but a relevant dimension of the territorial organization of Brazilian science, as it makes visible asymmetries in infrastructure, institutional capacity, and scientific circulation.

It concludes that SBPC meetings act as mechanisms for the public circulation of science, while also highlighting the persistence of historically established regional centralities and inequalities.

Keywords: SBPC; scientific meetings; sociology of science; geography of science; territorialization of science.

Resumen: El artículo analiza la distribución espacial de las Reuniones Anuales y Regionales de la Sociedad Brasileña para el Progreso de la Ciencia (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC), entre 1949 y 2025, y discute cómo estos eventos expresan patrones de centralización, interiorización y circulación científica en Brasil. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter documental e histórico-espacial, con base en registros institucionales de la SBPC, documentos de memoria institucional, síntesis históricas y sistematización de las sedes de las reuniones por año, municipio, unidad federativa y región geográfica. Los resultados indican dos lógicas complementarias: las Reuniones Anuales tienden a concentrarse en estados con mayor densidad institucional, infraestructura académica y capacidad logística, especialmente en el Sudeste; las Reuniones Regionales y Especiales presentan mayor capilaridad territorial, acercando la agenda científica a universidades, redes educativas y públicos situados fuera de los principales centros consolidados. Se argumenta que la espacialización de estos eventos no constituye solo un registro administrativo, sino una dimensión relevante de la organización territorial de la ciencia brasileña, ya que hace visibles asimetrías de infraestructura, capacidad institucional y circulación científica. Se concluye que las reuniones de la SBPC actúan como dispositivos de circulación pública de la ciencia, al mismo tiempo que evidencian la permanencia de centralidades y desigualdades regionales históricamente constituidas.

Palabras clave: SBPC; eventos científicos; sociología de la ciencia; geografía de la ciencia; territorialización de la ciencia.

Submetido em: 7 de outubro de 2025
Aceito em: 16 de junho de 2026

1. Introdução

A comunidade científica não se constitui apenas por normas internas de validação do conhecimento, mas também por instituições, redes, espaços de circulação e formas de reconhecimento. Em Merton (1973), a ciência aparece organizada por um *ethos* normativo, baseado em princípios como universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado. Bernal (1967), por sua vez, enfatiza a dimensão pública da ciência e suas relações com o Estado, a economia e os projetos nacionais de desenvolvimento. Com base nessas perspectivas, Fonseca (2012) observa que a ciência deve ser compreendida simultaneamente por suas normas internas e pelas pressões sociais e institucionais que moldam sua organização. Neste artigo, essa perspectiva é mobilizada para analisar uma dimensão específica da atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): a forma como seus eventos científicos se distribuem territorialmente e participam da construção de centralidades, redes e visibilidades no campo científico brasileiro.

No Brasil, a comunidade científica se formou de modo incremental. Esse processo ocorreu a partir da institucionalização universitária, da criação de institutos de pesquisa e da consolidação de agências de fomento. Tal percurso foi marcado por assimetrias e por reformas do ensino superior, notadamente a de 1968, que estruturou departamentos, impulsionou a pós-graduação e redefiniu padrões nas décadas de 1970 e 1980 (Schwartzman, 2015). A expansão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como a difusão de carreiras acadêmicas, estabilizaram normas de avaliação, redes de pares e rotinas de produção, aproximando ciência e Estado (Schwartzman, 2015). Em contexto periférico, a dependência de financiamento público limitou autonomias e politizou a afirmação da ciência, exigindo organização coletiva e interlocução com governos (Fernandes, 1990). Assim, a comunidade ganhou densidade institucional, mas seguiu atravessada por desigualdades e por ciclos de política cien-

tífica no país. Essas desigualdades não se expressam apenas na produção científica ou no financiamento, mas também na distribuição territorial das instituições, das redes de circulação e dos espaços de consagração acadêmica.

Essa leitura dialoga com a perspectiva da geografia do conhecimento e da ciência, segundo a qual a produção científica não ocorre em um espaço neutro, mas em contextos situados, atravessados por infraestrutura, relações de poder, políticas públicas e formas desiguais de circulação do saber (Lopes; Mattedi, 2025). Desse modo, analisar a distribuição territorial dos eventos científicos permite compreender como a ciência se organiza espacialmente e como determinados centros acumulam maior capacidade de visibilidade, articulação e reconhecimento.

Em nosso país, as organizações assumem papéis complementares. A Academia Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916, consolidou-se como corpo de excelência e representação acadêmica; já a SBPC, fundada em 1948, estruturou-se como entidade aberta, conectando ciência e sociedade por meio de revistas e de reuniões itinerantes (Botelho, 1990; Fernandes, 1990). Gizycki (1979) mostra que associações do tipo para o progresso das ciências funcionam como instituições secundárias de disseminação do conhecimento, exercendo uma orientação tanto cognitiva quanto social no campo. Esse modelo, baseado em encontros regulares e itinerantes, contribui para a compreensão da SBPC. Para além da sociabilidade e da popularização, ganha relevo a dimensão política: essas entidades participam da gênese de políticas de Ciência e Tecnologia (C&T), com associativismo federativo e transversal às disciplinas (Brandão, 2023). Nesse sentido, a distinção entre a ABC e a SBPC é que a primeira é caracterizada por uma academia de pares notáveis, enquanto a segunda representa um fórum público multidisciplinar. Essa diferença ajuda a explicar a representação coletiva e a formação de redes no país (Fernandes, 1990; Fioravanti, 2019).

Desde a sua fundação, em 1948, a SBPC consolidou-se como uma entidade de mediação entre comunidade científica, Estado e

sociedade. Sua atuação pública, suas publicações e, especialmente, suas Reuniões Anuais e Regionais constituíram dispositivos de articulação científica, defesa da autonomia acadêmica e circulação nacional de agendas de Ciência e Tecnologia (Fernandes, 1990; Botelho, 1990; Cardoso, 2018; SBPC, 2018). Devido ao seu porte e à sua visibilidade nacional, as Reuniões Anuais tendem a demandar maior capacidade logística, infraestrutura acadêmica e articulação institucional por parte das sedes. As Reuniões Regionais, por sua vez, operam como instrumentos de interiorização, aproximando a agenda científica de redes locais, universidades, escolas e públicos não concentrados nos grandes centros (SBPC, 2018). Em perspectiva comparada, associações para o progresso da ciência utilizam as reuniões periódicas não apenas para difundir conhecimentos, mas também para organizar formas de sociabilidade, cooperação e reconhecimento no campo científico (Gizycki, 1979; Brandão, 2023).

A historiografia reconhece a SBPC como ator central e fórum plural, mas costuma enfatizar sua mediação público-estatal mais que a lógica espacial e organizacional dos seus eventos (Fernandes, 1990; Lopes *et al.*, 2017). No plano prático, as reuniões possuem camadas decisórias: direção nacional, secretaria geral, secretaria de eventos e comissões locais nas universidades-sede. Essa arquitetura define fluxos, convites e prioridades de programação (Klebis, 2024). No plano simbólico, a escolha de sedes, a recorrência de determinadas instituições e a organização dos formatos de participação podem ser interpretadas como indícios de visibilidade e reconhecimento no campo científico (Lopes *et al.*, 2017; Spiess; Mattedi, 2020), ainda que a análise dos microprocessos de curadoria exija investigações específicas sobre convites, comissões, programação e redes de palestrantes. Em paralelo, a geoespacialização das Reuniões Anuais e Regionais interiorizou agendas e públicos, com deslocamentos notáveis para Norte e Nordeste desde os anos 1980, conectando pautas locais e nacionais (SBPC, 2018).

Este artigo investiga como a distribuição espacial das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC expressa padrões de centralização, interiorização e circulação científica no Brasil. Em perspectiva

comparada, associações para o progresso das ciências utilizam reuniões periódicas para organizar circulação, cooperação e reconhecimento no campo científico (Gizycki, 1979; Brandão, 2023). Partimos desse ponto para compreender como a distribuição territorial das sedes, a recorrência de determinados estados e a articulação entre eventos nacionais e regionais evidenciam centralidades, assimetrias e formas de visibilidade no campo científico brasileiro.

Para responder a essa questão, o artigo combina história institucional, análise documental e sistematização histórico-espacial das sedes das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC, com organização temporal dos dados por ano, município, unidade da federação e região geográfica (SBPC, 2018; Fernandes, 1990). O objetivo é identificar padrões de centralização, recorrência de sedes e movimentos de interiorização, discutindo como esses elementos expressam assimetrias territoriais, capacidades institucionais e formas de visibilidade no campo científico brasileiro.

Parte-se da premissa de que a distribuição territorial das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC não ocorre de forma aleatória, mas acompanha assimetrias históricas de infraestrutura científica, capacidade organizativa e prestígio institucional. Nesse sentido, a espacialização das reuniões é tomada como indício analítico das formas pelas quais a comunidade científica brasileira se organiza territorialmente, alternando dinâmicas de centralização e interiorização. A questão que orienta o artigo é: como a distribuição das sedes das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC expressa padrões de centralidade, interiorização e visibilidade no campo científico brasileiro?

Para desenvolver essa análise, o artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta os procedimentos metodológicos e explicita as fontes, os critérios de sistematização e os limites da análise. A segunda retoma a trajetória histórica da SBPC, com ênfase em sua formação institucional, nos perfis de liderança e nos modos de organização ao longo do tempo. A terceira discute os eventos científicos como espaços

de circulação, sociabilidade e reconhecimento. A quarta analisa a lógica espacial das Reuniões Anuais e Regionais, observando a distribuição territorial das sedes, os padrões de centralização e os movimentos de interiorização. Por último, nas considerações finais, são retomadas as principais evidências e discutidas as contribuições e limitações do estudo.

2. Procedimentos metodológicos

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental e histórico-espacial, voltada à análise da distribuição territorial das Reuniões Anuais e Regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) entre 1949 e 2025. O procedimento metodológico baseia-se na reconstrução histórico-institucional da entidade e na sistematização das sedes das reuniões ao longo do tempo, permitindo observar recorrências, deslocamentos e padrões espaciais de centralização e interiorização.

As fontes mobilizadas compreendem registros institucionais da SBPC, documentos de memória da entidade, sínteses históricas sobre sua formação e consolidação, informações disponíveis em páginas institucionais e dados sistematizados sobre as sedes das Reuniões Anuais, Regionais e Especiais (SBPC, 2018; SBPC, 2025a; SBPC, 2025b; SBPC, 2025c). Para a reconstrução histórico-institucional da entidade, foram mobilizados estudos que situam a SBPC em seu processo de formação, consolidação e inserção na história da ciência brasileira (Fernandes, 1990; Botelho, 1990; Schwartzman, 2015; Fioravanti, 2019; Ferreira, 2019).

Com base nesse conjunto documental, foram organizadas informações relativas ao ano de realização, tipo de reunião, município-sede, unidade da federação e região geográfica. O tratamento dos dados consistiu na agregação das sedes por estado e região, na identificação de recorrências territoriais e na comparação entre os circuitos das Reuniões Anuais e das Reuniões Regionais. Essa estratégia permitiu observar, de um lado, a permanência de esta-

dos e instituições com maior capacidade logística, infraestrutura científica e densidade institucional; de outro, os movimentos de interiorização e capilarização promovidos especialmente pelas reuniões de menor escala.

A noção de curadoria é empregada de modo analítico para designar o conjunto de decisões que envolve a escolha das sedes, a organização dos formatos, a definição de temas e a mobilização de atores institucionais. No entanto, o artigo não reconstitui os microprocessos internos de decisão da SBPC, nem examina de forma exaustiva atas, fluxos orçamentários, bastidores de programação ou critérios formais utilizados em cada edição. O objetivo é identificar padrões histórico-espaciais observáveis com base nos registros disponíveis e discutir seus efeitos sobre a organização territorial do campo científico brasileiro.

Reconhecem-se, ainda, limitações importantes na base analisada. A localização jurídica das sociedades científicas afiliadas, por exemplo, não corresponde necessariamente à distribuição efetiva de seus associados, uma vez que muitas entidades possuem atuação nacional, ainda que estejam registradas em determinados estados. Do mesmo modo, a recorrência de sedes e a concentração regional indicam padrões de centralidade institucional, mas não permitem, isoladamente, mensurar prestígio científico, redes de influência ou efeitos de longo prazo sobre trajetórias individuais e coletivas. Por essa razão, as relações entre espacialização, visibilidade e prestígio são tratadas como indícios interpretativos, não como comprovação causal definitiva.

3. A SBPC em perspectiva histórica: origens, lideranças e institucionalização

A SBPC foi fundada em 1948, em um contexto de valorização internacional da ciência e da tecnologia como dimensões estratégicas do desenvolvimento nacional. No Brasil, apesar da existência de instituições científicas relevantes, como o Instituto Oswaldo

Cruz e a Universidade de São Paulo, a pesquisa ainda carecia de financiamento regular, reconhecimento público e maior articulação entre áreas e regiões. Nesse cenário, a criação da SBPC respondeu à demanda por uma entidade capaz de organizar a comunidade científica, defender a autonomia da pesquisa e ampliar a presença pública da ciência no país (Fernandes, 1990; Fioravanti, 2019; Lopes, 2019).

A fundação da SBPC foi idealizada por cientistas ligados especialmente às ciências naturais e biológicas, dentre os quais se destacam Maurício Rocha e Silva, Paulo Sawaya e José Reis (Fernandes, 1990). Esses pesquisadores, insatisfeitos com a falta de apoio à ciência e as condições precárias de trabalho, reuniram cerca de sessenta pessoas no auditório da Associação Paulista de Medicina para discutir a criação de uma entidade semelhante às associações para o progresso da ciência já existentes em outros países, como a *British Association for the Advancement of Science* (BAAS) e a *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) (Gizycki, 1979; Brandão, 2023). De acordo com Fonseca (2012), a SBPC emerge em um contexto mais amplo, marcado por um movimento internacional em que associações científicas buscavam tornar o conhecimento acessível ao público. Para isso, era necessário o esforço de integrar cientistas de diferentes áreas nesse empreendimento.

Essa referência a modelos internacionais é relevante porque situa a SBPC em uma tradição de associações para o progresso da ciência que utilizam reuniões periódicas, publicações e formas abertas de associação como instrumentos de circulação do conhecimento, construção de redes e reconhecimento científico (Gizycki, 1979; Brandão, 2023). A criação da SBPC também dialoga com o contexto internacional do pós-guerra, no qual a ciência passou a ser crescentemente associada ao desenvolvimento nacional, à formação de recursos humanos e à consolidação de políticas públicas de pesquisa. Essa perspectiva já aparecia no

relatório de Vannevar Bush, *Science – The Endless Frontier* (1945), ao defender o apoio estatal à pesquisa básica como condição para inovação, desenvolvimento e bem-estar social (Bush, 1945; Schwartzman, 2015; Fioravanti, 2019).

No cenário nacional, a mobilização em torno da defesa da ciência ganhou força em episódios como a tentativa de subordinar o Instituto Butantan a funções estritamente produtivas, o que mobilizou pesquisadores paulistas e reforçou a necessidade de uma entidade de representação científica mais ampla (Fernandes, 1990; Fioravanti, 2019; Lopes, 2019). Diferentemente da Academia Brasileira de Ciências, de perfil mais seletivo, a SBPC estruturou-se como associação aberta, voltada à articulação de cientistas, estudantes, sociedades científicas e públicos interessados na ciência. Essa característica contribuiu para que a entidade se consolidasse como espaço de mediação entre comunidade científica, Estado e sociedade, combinando defesa da autonomia acadêmica, popularização do conhecimento e intervenção pública em temas de Ciência e Tecnologia (Fernandes, 1990; Fonseca, 2012; Brandão, 2023).

Mais que uma associação científica, a SBPC consolidou-se como plataforma de diálogo entre ciência, sociedade e governo, afirmando a ciência como bem público e dimensão estratégica da soberania nacional (Fernandes, 1990; Fonseca, 2012; Brandão, 2023; Fioravanti, 2019). Em contextos autoritários, atuou na defesa da pesquisa e das liberdades acadêmicas. Com a redemocratização, ampliou sua incidência sobre políticas de ciência, tecnologia e educação (Ferreira, 2019; Moraes, 2019). Nesse percurso, suas Reuniões Anuais e Regionais tornaram-se dispositivos centrais de circulação de agendas, cooperação institucional e interiorização da presença pública da ciência (SBPC, 2018). Do ponto de vista organizacional, essa atuação se apoiou em uma governança composta por diretoria, conselho, sociedades afiliadas e secretarias regionais, cuja função é relevante para compreender a articulação entre representação científica, organização institucional e capilaridade territorial (Klebis, 2024).

A governança inclui um Conselho composto pelo presidente em exercício, ex-presidentes, representantes das sociedades científicas afiliadas (por grandes áreas) e membros eleitos, com vagas distribuídas regionalmente e complementadas proporcionalmente ao número de sócios ativos. Há, ainda, secretarias regionais, criadas onde existam, ao menos, cinquenta sócios ativos e aprovadas pelo Conselho; estados com mais de quinhentos associados podem ter mais de uma secretaria, não na mesma cidade. Secretários e adjuntos são eleitos por dois anos. Essas instâncias contribuem para interiorizar a agenda da entidade, mobilizar redes locais e ampliar sua capilaridade territorial, ainda que sua atuação varie conforme a densidade científica, associativa e institucional de cada região (Klebis, 2024).

O Quadro 1 apresenta o histórico das presidências da SBPC e permite observar padrões de concentração espacial e institucional na direção da entidade. São vinte presidentes e 38 mandatos, com predominância do Sudeste e peso desproporcional de São Paulo e da USP. A reeleição é recorrente, o que produz continuidade de agendas e consolidação de reputações. Há sinais de diversificação, como a presença do Sul e três gestões femininas que somam doze anos, mas sem ruptura do padrão centralizador. A interiorização aparece em cidades como Ribeirão Preto, Rio Claro, Vitória e Curitiba, porém, como exceção. A distribuição por instituições confirma a prevalência de presidentes vinculados a universidades públicas de pesquisa, sobretudo a USP, seguida de UFRJ, UFES, UNESP, UNIFESP, UFMG e UFPR. Em síntese, a série histórica sugere um arranjo em que representação institucional, trajetória acadêmica e localização territorial se entrelaçam, indicando a permanência de um núcleo dirigente fortemente concentrado no Sudeste (Klebis, 2024; Lopes, 2019).

Quadro 1 – Lista de presidentes da SBPC

Presidente	Mandato	Área de formação	IES	Localidade	Região
Jorge Americano	1949-1951	Direito	USP	São Paulo	Sudeste
Francisco Maffei	1951-1953	Engenharia Química	USP	São Paulo	Sudeste
Heinrich Rheinboldt	1953-1955	Química	USP	São Paulo	Sudeste
Anísio Teixeira	1955-1957 1958-1959	Direito	UFRJ	Rio de Janeiro	Sudeste
José Baeta Vianna	1959-1961 1961-1963	Química	UFMG	Minas Gerais	Sudeste
Maurício Rocha e Silva	1963-1965 1965-1967 1967-1969	Medicina	USP	Ribeirão Preto	Sudeste
Warwick Kerr	1969-1971 1971-1973	Engenheiro Agrônomo	UNESP	Rio Claro	Sudeste
Oscar Sala	1973-1975 1975-1977 1977-1979	Físico	USP	São Paulo	Sudeste
José Reis	1979-1981	Medicina	USP	São Paulo	Sudeste
Crodowaldo Pavan	1981-1983 1983-1985 1985-1987	Biólogo	USP	São Paulo	Sudeste
Carolina Bori	1987-1989	Pedagoga	UNESP	Rio Claro	Sudeste
Ennio Candotti	1989-1991 1991-1993	Físico	UFES	Vitória	Sudeste
Aziz Ab'Saber	1993-1995	Geógrafo	USP	São Paulo	Sudeste
Sérgio Henrique Ferreira	1995-1997 1997-1999	Medicina	USP	Ribeirão Preto	Sudeste
Glaci Zancan	1999-2001 2001-2003	Bioquímica	UFPR	Curitiba	Sul
Ennio Candotti	2003-2005 2005-2007	Físico	UFES	Vitória	Sudeste
Marco Antonio Raupp	2007-2009 2009-2011	Matemático	USP	São Paulo	Sudeste
Helena B. Nader	2011-2013 2013-2015 2015-2017	Bióloga e Biomédica	UNIFESP	São Paulo	Sudeste
Ildeu de Castro Moreira	2017-2019 2019-2021	Físico	UFRJ	Rio de Janeiro	Sudeste
Renato Janine Ribeiro	2021-2023 2023-2025	Filósofo	USP	São Paulo	Sudeste

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do sítio da SBPC (2025a).

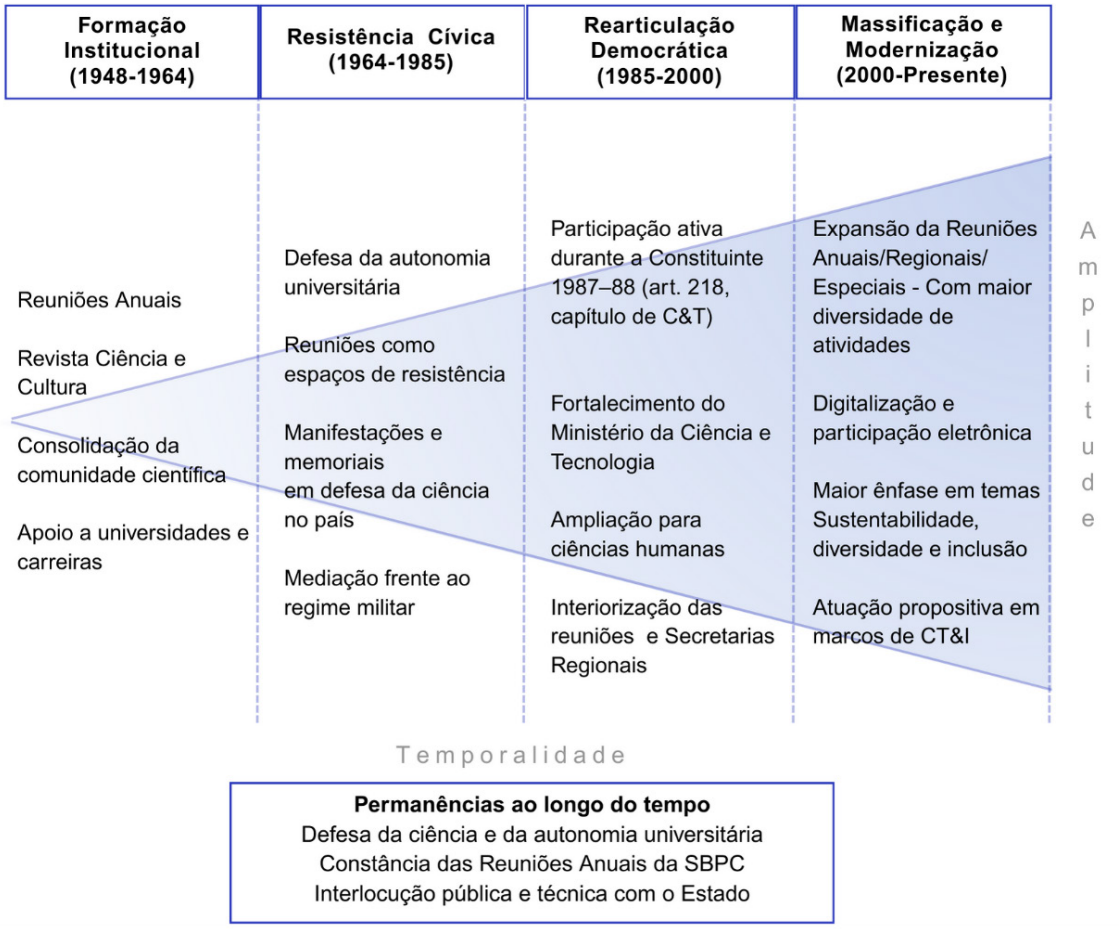
Há explicações estruturais e organizacionais que podem auxiliar na compreensão da concentração. Primeiramente, o efeito de trajetória: a formação histórica do sistema de C&T e da pós-graduação no eixo Sudeste ancorou redes, laboratórios e agências, gerando retornos cumulativos de prestígio e autoridade científica (Lopes, 2019). Em segundo lugar, a própria mecânica eleitoral: a diretoria é escolhida por sócios ativos, com participação média inferior a 30%, o que tende a refletir a distribuição geográfica dos associados e de suas redes institucionais, favorecendo polos já consolidados (Klebis, 2024). Além disso, a própria arquitetura da SBPC: conselho, secretarias regionais e calendário de eventos funcionam como dispositivos de circulação e consagração; quando sediados e coordenados por atores do Sudeste, reforçam centralidades (Klebis, 2024). Por fim, disputas internas entre projetos centralizadores e descentralizadores modulam prioridades e curadorias temáticas, geralmente com vantagem para centros de alta densidade científica (Klebis, 2024). Em conjunto, esses mecanismos ajudam a entender por que a presidência permanece ancorada no Sudeste, apesar de esforços de interiorização e ampliação territorial (Klebis, 2024; Lopes, 2019).

A trajetória da SBPC pode ser compreendida em quatro ciclos histórico-institucionais. O primeiro, de formação institucional (1948-1964), corresponde à consolidação da entidade como fórum nacional da comunidade científica, apoiado nas Reuniões Anuais, na revista *Ciência e Cultura*, na defesa de condições estáveis para a pesquisa e na profissionalização do sistema científico brasileiro no pós-guerra (Fernandes, 1990; SBPC, 2018; Fonseca, 2012; Schwartzman, 2015; Gizycki, 1979; Fioravanti, 2019). O segundo ciclo, ocorrido durante o regime militar (1964-1985), caracteriza-se pela ampliação do papel público da SBPC como espaço de resistência cívica, defesa da autonomia universitária, crítica às perseguições e preservação de canais de interlocução com o Estado (Fernandes, 1990; SBPC, 2018; Ferreira, 2019; Boscariol, 2013; Capovilla, 2024; Brandão, 2023).

O terceiro ciclo, de rearticulação democrática e expansão temática (1985-2000), associa-se à redemocratização, à participação nos debates constitucionais, ao fortalecimento das políticas de Ciência e Tecnologia, à defesa do papel das universidades e à ampliação da presença das ciências humanas e das secretarias regionais (SBPC, 2018; Moraes, 2019; Candotti, 2022; Moreira, 2022; Fernandes, 1990; Klebis, 2024). O quarto e último ciclo, de massificação e modernização, a partir dos anos 2000, envolve a ampliação de públicos, a digitalização de rotinas institucionais, a diversificação temática e a intensificação dos esforços de interiorização por meio das reuniões e das estruturas regionais da entidade (SBPC, 2018; Klebis, 2024; Fonseca, 2012; Boscariol, 2013).

Essa periodização permite compreender que a história da SBPC não é apenas institucional, mas também territorial. Em cada ciclo, a entidade reorganizou seus instrumentos de atuação, suas formas de interlocução pública e seus modos de presença no campo científico brasileiro. As Reuniões Anuais e Regionais assumiram funções distintas ao longo desse percurso: consolidaram sociabilidades científicas, ampliaram a presença pública da ciência, sustentaram formas de resistência em conjunturas autoritárias e, mais recentemente, passaram a operar como instrumentos de capilarização e interiorização da agenda científica. Assim, os ciclos históricos da SBPC ajudam a observar como sua atuação combinou permanências, como a defesa da ciência e da autonomia acadêmica, com mudanças de escala, governança e alcance territorial. A Figura 1 sintetiza esses quatro ciclos histórico-institucionais, permitindo visualizar a passagem da formação institucional à massificação e modernização da entidade.

Figura 1 – Fases de desenvolvimento da SBPC



Fonte: elaborada pelos autores (2025).

Desse modo, a trajetória histórica da entidade ajuda a explicar por que determinadas centralidades se mantêm, ao mesmo tempo em que novos circuitos regionais são incorporados às suas formas de atuação pública e científica.

Outra função central da SBPC é sua atuação como entidade "guarda-chuva" para associações e sociedades científicas sem fins lucrativos, organizadas em quatro grandes áreas: Biológicas e da Vida; Exatas; Humanas e Tecnológica. Em 2025, a entidade reunia 179 afiliadas, sendo 71 em Biológicas e da Vida (39,66%); 65 em Humanas (36,31%); 27 em Exatas (15,08%) e 16 em Tecnológica

(8,94%). É importante observar, contudo, que a localização das sociedades afiliadas se refere à sede institucional ou jurídica informada, não à distribuição efetiva de seus associados, que pode ser nacional e mais dispersa territorialmente. A Tabela 1 apresenta essa distribuição por estado e região.

Tabela 1 – Sociedades e Associações filiadas à SBPC por estado e Região

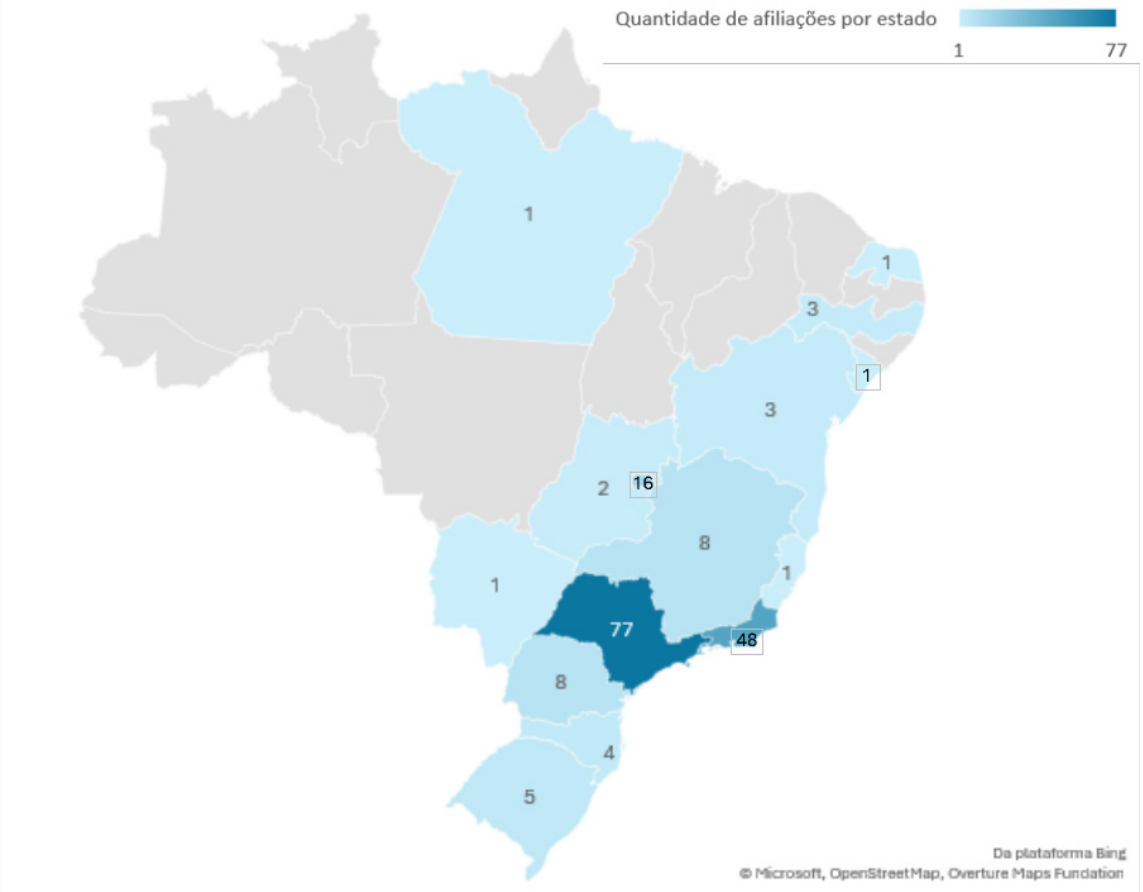
Região	Estado	Quantidade de afiliações	Subtotal por Região	Proporcionalidade (%)
Sudeste	**São Paulo**	77	134	**74,86%**
	Rio de Janeiro	48		
	Minas Gerais	8		
	Espírito Santo	1		
Sul	**Paraná**	8	17	**9,50%**
	Rio Grande do Sul	5		
	Santa Catarina	4		
Centro-Oeste	**Distrito Federal**	16	19	**10,61%**
	Goiás	2		
	Mato Grosso do Sul	1		
Nordeste	**Bahia**	3	8	**4,47%**
	Pernambuco	3		
	Rio Grande do Norte	1		
	Sergipe	1		
Norte	**Pará**	1	1	**0,56%**
Total Geral			**179**	**100%**

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do sítio da SBPC (2025b).

A distribuição das 179 filiadas evidencia forte assimetria espacial. No Sudeste, concentram-se 134 entidades, equivalentes a 74,9% do total. São Paulo reúne 77 filiadas, 43,0% do conjunto nacional, enquanto o Rio de Janeiro agrega 48, correspondentes a 26,8%. Somados, esses dois estados respondem por 69,8% das sociedades afiliadas. O Sul conta com 17 organizações (9,5%) e o Centro-Oeste com 19 (10,6%), impulsionado pelo Distrito Federal,

que registra 16 afiliadas, ou 8,9% do total. O Nordeste permanece sub-representado, com oito entidades (4,5%), distribuídas entre Bahia e Pernambuco, com três cada, Rio Grande do Norte e Sergipe, com uma cada. No Norte, apenas o Pará aparece, com uma filiação (0,6%). Observa-se, portanto, elevada concentração em polos tradicionais de pesquisa e pós-graduação, ao passo que diversos estados, sobretudo no Norte e em parte do Nordeste e do Centro-Oeste, não registram sede jurídica de sociedade filiada. A Figura 2 permite visualizar essa concentração territorial das sociedades afiliadas à SBPC.

Figura 2 – Distribuição das Sociedades e Associações filiadas à SBPC por estado



Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do sítio da SBPC (2025b).

Do ponto de vista analítico, a Tabela 1 e a Figura 2 evidenciam legados institucionais e redes consolidadas de capital científico, estruturadas desde os primeiros anos do sistema nacional

de Ciência e Tecnologia. A concentração de afiliações em estados como São Paulo e Rio de Janeiro está associada à presença histórica de universidades consolidadas, agências de fomento, editoras acadêmicas, eventos científicos recorrentes e infraestrutura de apoio à pesquisa (Schwartzman, 2015; Fernandes, 1990; Fonseca, 2012). Parte das sociedades possui atuação nacional, mas está registrada em São Paulo e no Rio de Janeiro por conveniência jurídica, administrativa ou de serviços, o que amplia a concentração das sedes sem refletir necessariamente a distribuição efetiva dos associados. O peso do Distrito Federal decorre da proximidade com órgãos federais, entidades nacionais e a própria SBPC, facilitando formas de articulação política e institucional. Em contraste, a sub-representação do Nordeste e a quase ausência do Norte indicam vazios associativos compatíveis com assimetrias de financiamento, densidade de grupos de pesquisa e capacidades regionais desiguais das Secretarias (Klebis, 2024; Lopes, 2019). No conjunto, os dados sugerem que a governança em torno da SBPC também se organiza territorialmente, articulando concentração institucional, capilaridade regional e diferentes condições de visibilidade no campo científico brasileiro.

4. Eventos científicos como espaços de consagração e circulação

Os eventos científicos ocupam posição central na organização da ciência contemporânea, pois articulam comunicação, validação, circulação e reconhecimento do conhecimento acadêmico. Congressos, simpósios, seminários e reuniões científicas não funcionam apenas como espaços de apresentação de resultados, mas também como arenas de socialização, formação de redes, definição de agendas e legitimação de práticas científicas. Nessa perspectiva, contribuem para a reprodução dos valores normativos da ciência, como o comunalismo, o universalismo e o ceticismo organizado, ao mesmo tempo em que expressam disputas por visibilidade e reconhecimento no campo científico (Merton, 1973; Spiess; Mattedi, 2020).

Na perspectiva da comunicação científica, os eventos ocupam posição estratégica entre canais formais e informais de circulação do conhecimento. Eles permitem a apresentação de pesquisas em andamento, a interação direta com pares, a incorporação de críticas e sugestões e, em muitos casos, a posterior formalização dos trabalhos em anais, resumos ou publicações derivadas. Por essa razão, os eventos científicos não apenas divulgam resultados, mas também participam da validação social do conhecimento e da identificação de atores reconhecidos em determinadas áreas (Guimarães; Hayashi, 2014). Além da interação entre pares, os eventos também produzem registros documentais, como anais, resumos e trabalhos completos, que ampliam a visibilidade dos estudos apresentados e permitem observar características da produção científica em determinadas áreas ou períodos (Coimbra; Dias, 2022).

Historicamente, os eventos científicos acompanharam a especialização das disciplinas e a necessidade de articular comunidades epistêmicas. Desde as reuniões promovidas por academias científicas, esses espaços passaram a cumprir funções de validação, debate e circulação de descobertas (Shinn; Joerges, 2002). Com a expansão dos congressos nacionais e internacionais, ganharam também importância na formação de redes, na comparação entre centros de pesquisa e na constituição de circuitos de prestígio acadêmico (Hagstrom, 1965).

Os eventos científicos também são espaços privilegiados de socialização acadêmica e construção de redes. Ao reunir pesquisadores de diferentes áreas, favorecem o intercâmbio de teorias, metodologias e perspectivas, além de contribuir para a consolidação de agendas de pesquisa (Collins; Leonard-Clarke; Mason-Wilkes, 2023). Nos encontros presenciais, as interações formais e informais fortalecem laços acadêmicos e podem gerar parcerias, projetos e novas formas de cooperação (Sarabipour *et al*., 2021). Por isso, os eventos devem ser compreendidos não apenas como instâncias de comunicação formal, mas como arenas de construção coletiva do saber e de produção de sociabilidade científica.

Além da circulação de pesquisas, os eventos científicos cumprem função formativa, pois favorecem o contato entre estudantes, pesquisadores e profissionais, ampliam o acesso a informações atualizadas e estimulam trocas de experiências que contribuem para a formação acadêmica e profissional dos participantes (Lacerda *et al.,* 2008). Essa dimensão é particularmente relevante para compreender eventos de maior capilaridade territorial, nos quais a participação de estudantes, docentes e públicos locais amplia os efeitos formativos da comunicação científica.

Os eventos científicos articulam uma dimensão técnica e uma dimensão simbólica. A primeira envolve infraestrutura, logística, financiamento, formatos de participação e capacidade organizativa. A segunda diz respeito à visibilidade, à legitimação e ao reconhecimento acadêmico. Por isso, tais eventos não são espaços neutros: a escolha de temas, sedes, conferencistas e formatos de participação expressa relações institucionais e hierarquias próprias do campo científico (Bourdieu, 2004; Mattedi; Spiess, 2023). Nesse sentido, os eventos podem ser compreendidos como dispositivos sociotécnicos que conectam infraestrutura material, práticas de circulação do conhecimento e formas de consagração acadêmica.

A realização de eventos científicos depende de condições técnicas e institucionais que influenciam diretamente a escolha das sedes. Infraestrutura acadêmica, transporte, hospedagem, equipamentos, conectividade e capacidade de coordenação organizacional tornam-se requisitos para a realização de encontros de maior porte (Getz; Page, 2024; Puccinelli *et al.,* 2022). Por isso, a dimensão técnica não é neutra: ela condiciona quais instituições e territórios conseguem sediar eventos, sustentar programações complexas e garantir visibilidade pública à atividade científica.

Os eventos científicos também possuem uma dimensão simbólica, pois a visibilidade conferida a temas, instituições e pesquisadores pode contribuir para processos de reconhecimento no campo científico. Nesse sentido, esses encontros podem ser compreendidos como arenas de circulação e legitimação, nas quais diferentes atores disputam posições, agendas e formas de reco-

nhecimento acadêmico (Bourdieu, 2004). A seleção de palestrantes, a escolha de temas e a definição dos formatos de participação não devem ser interpretadas como decisões neutras, uma vez que podem expressar desigualdades estruturais já presentes na organização da ciência. Pesquisadores vinculados a regiões periféricas ou a instituições com menor disponibilidade de recursos tendem a enfrentar maiores barreiras de participação, o que pode limitar sua presença em espaços de maior visibilidade (Neves, 2009; Sarabipour *et al*., 2021). Assim, os eventos científicos não apenas comunicam resultados de pesquisa, mas também participam da distribuição desigual de oportunidades de circulação, reconhecimento e visibilidade acadêmica.

A crescente profissionalização dos eventos científicos também altera sua dinâmica organizacional. Planejamento estratégico, captação de recursos, gestão de públicos e avaliação de impacto passaram a integrar a produção desses encontros (Allen *et al.*, 2003). Embora esse processo possa ampliar a eficiência logística, ele também tende a favorecer instituições com maior capacidade técnica, financeira e administrativa, reforçando desigualdades entre centros consolidados e territórios com menor infraestrutura científica.

A expansão de formatos digitais e híbridos, intensificada pela pandemia de Covid-19, também reconfigurou as condições de participação em eventos científicos. Esses formatos ampliaram possibilidades de acesso, reduziram custos de deslocamento e permitiram maior circulação de conteúdos, especialmente para pesquisadores situados fora dos grandes centros (Sarabipour *et al*., 2021; Wu *et al.,* 2022). Ao mesmo tempo, mantiveram desafios importantes, como desigualdades de conectividade, menor densidade das interações informais e dificuldades de equivalência entre participação presencial e remota (Puccinelli *et al.,* 2022). Assim, embora a tecnologia possa ampliar o alcance territorial dos eventos, ela não elimina automaticamente as assimetrias que estruturam a participação científica.

Os eventos científicos podem ser compreendidos como dispositivos sociotécnicos porque articulam infraestrutura, práticas sociais, instituições, tecnologias e formas de reconhecimento (Spiess; Mattedi, 2020). Ao mesmo tempo em que favorecem a criação de redes epistêmicas e a definição de agendas de pesquisa (Knorr-Cetina, 1999), também expressam dinâmicas de poder, pois atores e instituições com maior capital científico tendem a ocupar posições de maior visibilidade nesses espaços (Bourdieu, 2004). Essa dimensão é central para compreender as reuniões da SBPC como eventos que combinam comunicação científica, organização institucional e distribuição desigual de oportunidades de circulação.

Desse modo, os eventos científicos não apenas difundem conhecimento, mas participam da definição de quais temas, atores e instituições ganham maior visibilidade em determinados contextos. Como dispositivos sociotécnicos, articulam infraestrutura, práticas sociais, instituições, tecnologias e formas de reconhecimento, favorecendo a criação de redes epistêmicas e a definição de agendas de pesquisa (Knorr-Cetina, 1999; Spiess; Mattedi, 2020). Essa visibilidade, contudo, depende de condições desiguais de participação, circulação e reconhecimento, pois atores e instituições com maior capital científico tendem a ocupar posições de maior destaque nesses espaços (Bourdieu, 2004).

Além disso, a capacidade de organizar e participar de eventos é atravessada por exigências logísticas, financeiras, tecnológicas e administrativas, que podem favorecer centros com maior infraestrutura institucional (Allen *et al*., 2003; Getz; Page, 2024; Puccinelli *et al.,* 2022). Mesmo a ampliação de formatos digitais e híbridos, embora tenha reduzido custos e ampliado possibilidades de acesso, não elimina automaticamente desigualdades de conectividade, interação e participação científica (Sarabipour *et al.,* 2021; Wu *et al.,* 2022; Puccinelli *et al.,* 2022). Por isso, a análise das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC exige observar simultaneamente sua dimensão comunicacional, sua infraestrutura organizacional e sua distribuição territorial. É nessa articulação entre sociabilidade

científica, capacidade institucional e espacialização dos eventos que se torna possível compreender como as reuniões da entidade expressam padrões de centralização, interiorização e circulação no campo científico brasileiro.

5. A lógica espacial das reuniões da SBPC: centralização, interiorização e circulação científica

As Reuniões Anuais da SBPC constituem um dos principais dispositivos de circulação pública e acadêmica da ciência brasileira. Desde 1949, sua realização itinerante permite observar como a entidade articula defesa da ciência, sociabilidade acadêmica, cooperação institucional e presença territorial. Ao reunir pesquisadores, sociedades científicas, estudantes, gestores públicos e públicos não especializados, esses encontros funcionam como arenas de comunicação científica e reconhecimento, mas também como eventos dependentes de infraestrutura, capacidade organizativa e articulação local. Por isso, sua distribuição espacial oferece uma via para compreender como a ciência brasileira se organiza entre centros consolidados, capitais regionais e processos de interiorização (SBPC, 2018; Fernandes, 1990; Lopes, 2019; Klebis, 2024; Boscariol, 2013).

Com base na teoria da estruturação, é possível compreender as Reuniões Anuais como práticas recorrentes que mobilizam regras, recursos e formas de organização da própria SBPC (Giddens, 2003). Convocatória, programação científica, deliberações, eleições e presença pública constituem rotinas institucionais que ajudam a estabilizar expectativas, consolidar redes e atualizar a relação da entidade com diferentes contextos políticos e territoriais. Nesse sentido, as Reuniões Anuais não apenas expressam a atuação da SBPC, mas também contribuem para sua constituição institucional, ampliando formas de coordenação, visibilidade pública e articulação entre ciência, Estado e sociedade (SBPC, 2018; Lopes, 2019; Klebis, 2024; Boscariol, 2013).

A itinerância das Reuniões Anuais pode ser compreendida como uma estratégia espacial de ampliação da presença pública da ciência. Ao deslocar periodicamente a sede do encontro, a SBPC produz uma cartografia de sociabilidade científica que tensiona, mas não elimina a concentração histórica do sistema científico brasileiro em determinados polos. Assim, a escolha das sedes combina difusão territorial e reconhecimento de capacidades previamente instaladas, como universidades, redes de pesquisa, infraestrutura urbana e articulação institucional (Fernandes, 1990; SBPC, 2018; Lopes, 2019; Klebis, 2024). Em perspectiva comparada, associações congêneres também utilizam reuniões periódicas para promover cooperação, circulação e reconhecimento científico, o que permite interpretar a itinerância como uma dimensão organizadora do campo, e não apenas como calendário de eventos (Gizycki, 1979; Brandão, 2023).

Neste artigo, a noção de curadoria é empregada de modo delimitado, como categoria analítica para compreender decisões relacionadas à escolha das sedes, aos formatos de participação, aos temas gerais e à mobilização de atores institucionais. No caso específico desta análise, entretanto, o foco recai principalmente sobre a espacialização das sedes e sobre os padrões territoriais observáveis nos registros disponíveis. Assim, não se pretende reconstituir de forma exaustiva os critérios internos de seleção de temas, palestrantes ou comissões organizadoras, mas identificar como a recorrência de determinados estados, regiões e instituições revela desigualdades de infraestrutura, capacidade organizativa e visibilidade no campo científico brasileiro.

No plano local, as Reuniões Anuais podem ativar parcerias interinstitucionais, mobilizar estudantes, aproximar sociedades científicas e ampliar a visibilidade das instituições anfitriãs (Mattedi; Spiess, 2023). Em conjunturas críticas, também funcionaram como espaços públicos de debate, defesa da ciência e interlocução com problemas nacionais (SBPC, 2018; Boscariol, 2013). Esses efeitos

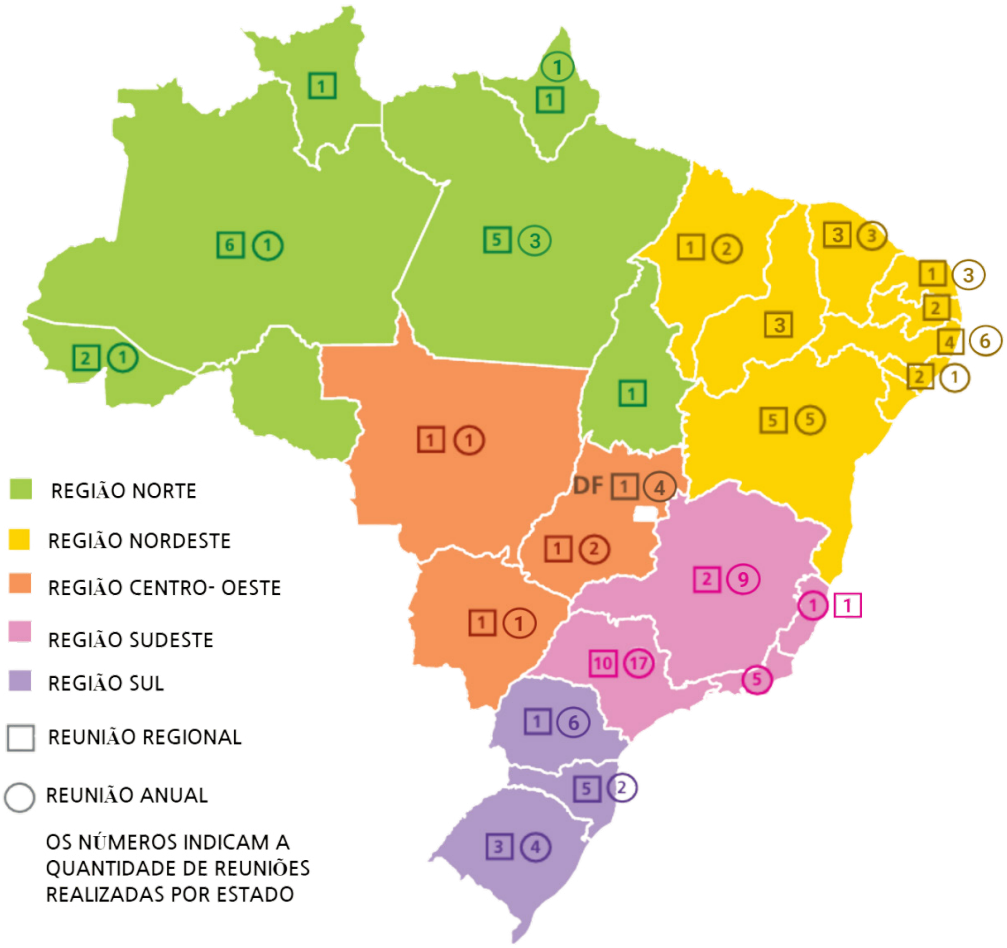
indicam que a itinerância articula ciência, universidade e sociedade, produzindo oportunidades de cooperação e reconhecimento que variam conforme a densidade institucional e a capacidade organizativa de cada sede (Moraes, 2019; Klebis, 2024).

Articuladas às Secretarias Regionais e ao circuito das Reuniões Anuais, as Reuniões Regionais funcionam como instrumentos de interiorização e difusão científica. Sua importância está na capacidade de ampliar a presença pública da SBPC em territórios menos recorrentes no circuito nacional, mobilizando universidades, redes de educação básica, sociedades científicas, estudantes e públicos locais (SBPC, 2018; Klebis, 2024). Ao longo de sua trajetória, essas reuniões assumiram diferentes denominações e formatos: Reuniões Regionais entre 1973 e 1988, Reuniões Especiais entre 1994 e 2001 e retomada das Reuniões Regionais a partir de 2003, com maior ênfase na formação docente, na ciência na escola e na articulação com demandas territoriais (SBPC, 2018). Desse modo, as Regionais complementam as Anuais ao criar circuitos de menor escala, mas de maior capilaridade, contribuindo para ampliar sociabilidades científicas e vínculos institucionais fora dos polos mais consolidados (Cardoso, 2018; Klebis, 2024).

Embora haja registros de encontros no interior paulista desde 1973, a primeira reunião oficialmente reconhecida ocorreu em Jaboticabal (SP), em 1974. A partir de 1983, com a edição realizada em São Luís (MA), observa-se um deslocamento mais evidente do circuito para cidades do Norte e do Nordeste, indicando uma estratégia de descentralização da presença pública da SBPC (Oliveira, 2019; SBPC, 2018). No desenho contemporâneo, as Reuniões Regionais reproduzem, em escala ajustada, parte da estrutura das Anuais, com conferências, mesas, minicursos e oficinas, mas incorporam também modalidades de extensão, popularização da ciência e formação docente, mobilizando especialmente professores da educação básica e estudantes (Oliveira, 2019). Essa dinâmica amplia públicos e territórios de atuação, reposicionando a SBPC como mediadora entre comunidade científica, redes educacionais e sociedade civil, ainda que sem romper plenamente com as hierarquias institucionais do campo científico brasileiro (SBPC, 2018; Fonseca, 2012; Klebis, 2024).

A distribuição territorial das Reuniões Anuais e Regionais permite visualizar essas duas lógicas de funcionamento. Enquanto as Anuais se associam, com maior frequência, a estados de alta densidade institucional e logística, as Regionais aparecem como mecanismo de capilarização, alcançando áreas menos recorrentes no circuito nacional de grandes eventos. A Figura 3 apresenta a espacialização dessas reuniões por unidade da federação.

Figura 3 – Mapa das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC



Fonte: elaborada pelos autores com base em SBPC (2018, p. 84) e em SBPC (2025c)[1].

A Figura 3 reúne a distribuição das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC por unidade da federação, permitindo comparar os dois circuitos de eventos. No caso das Reuniões Anuais, observa-se

1 As quantificações correspondem à contagem de edições por sede, agregadas por estado e região, conforme registros oficiais da SBPC. Nos eventos multissede, considerou-se a sede principal indicada nas fontes consultadas. A série abrange o período de 1949 a 2025, com base em SBPC (2018, p. 84) e em SBPC (2025c).

forte concentração no Sudeste, região que reúne o maior número de sedes. São Paulo contabiliza dezessete edições; Minas Gerais, nove; Rio de Janeiro, cinco; Espírito Santo, uma. O Sul aparece como segundo eixo de estabilidade, com seis encontros no Paraná, quatro no Rio Grande do Sul e dois em Santa Catarina. No Nordeste, Pernambuco e Bahia formam polos relevantes, com seis e cinco edições, respectivamente, seguidos por Rio Grande do Norte e Ceará, com três cada; Maranhão, com dois, e Alagoas, com um. Paraíba, Piauí e Sergipe não sediaram Reuniões Anuais. No Centro-Oeste, destaca-se o Distrito Federal, com quatro edições, seguido por Goiás, com duas; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com uma cada. No Norte, a distribuição é mais rarefeita: Pará registra três encontros, já Amazonas, Amapá e Acre registram um cada. Rondônia, Roraima e Tocantins não sediaram Reuniões Anuais.

A recorrência de determinadas sedes sugere a existência de um processo cumulativo de visibilidade e capacidade organizativa. Sediar uma Reunião Anual tende a ampliar a exposição pública da instituição anfitriã, favorecer articulações com sociedades científicas e órgãos públicos, mobilizar redes locais e criar condições para novas parcerias. Esses efeitos, contudo, não devem ser interpretados como resultado automático do evento, mas como possibilidades associadas à densidade institucional previamente existente e à capacidade de sustentação local após a realização da reunião. Nos estados que não aparecem no circuito das Reuniões Anuais, as lacunas indicam menor presença nesse espaço nacional de visibilidade científica, embora não permitam concluir, isoladamente, ausência de produção científica ou de redes acadêmicas relevantes.

No caso das Reuniões Regionais e Especiais, o padrão espacial se desloca para a interiorização e a difusão. O Nordeste apresenta maior capilaridade, com cinco reuniões na Bahia, quatro em Pernambuco, três no Ceará e no Piauí, duas na Paraíba e em Alagoas, e uma no Maranhão e no Rio Grande do Norte. Sergipe

não registra edição regional ou especial. O Norte também se destaca, especialmente pelo Amazonas, com seis edições, e pelo Pará, com cinco. Acre registra duas, já Roraima, Amapá e Tocantins registram uma cada. Rondônia não aparece nesse circuito.

No Sudeste, a presença é mais seletiva: São Paulo concentra dez reuniões, Minas Gerais duas e Espírito Santo uma, sem registro no Rio de Janeiro. O Sul mantém participação constante, com cinco reuniões em Santa Catarina, três no Rio Grande do Sul e uma no Paraná. No Centro-Oeste, a distribuição é mais homogênea, embora menos numerosa, com uma edição no Distrito Federal, em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os dados indicam duas lógicas complementares. As Reuniões Anuais se realizam majoritariamente em territórios com maior densidade institucional, capacidade logística e tradição universitária, com destaque para o Sudeste, parte do Sul e alguns polos do Nordeste. As Reuniões Regionais e Especiais, por sua vez, apresentam maior capilaridade em estados do Norte e do Nordeste, reforçando sua função de interiorização, formação de públicos e aproximação com redes educacionais locais. Nesse desenho, alguns estados funcionam como polos recorrentes.

São Paulo aparece com destaque nos dois circuitos. Pernambuco e Bahia concentram parte importante da presença nordestina. O Distrito Federal expressa o peso da capital político-administrativa nas articulações nacionais. Ao mesmo tempo, persistem lacunas territoriais: Paraíba, Piauí, Sergipe, Rondônia, Roraima e Tocantins não registram Reuniões Anuais, já Rio de Janeiro, Sergipe e Rondônia não aparecem no circuito das Reuniões Regionais ou Especiais. Esses padrões sugerem um gradiente centro-periferia na circulação dos eventos da SBPC, no qual a itinerância amplia a presença territorial da entidade, mas não elimina as assimetrias históricas de infraestrutura, densidade institucional e visibilidade científica.

Em síntese, a espacialização das reuniões da SBPC expressa a tensão entre centralização e interiorização que marca a organização territorial da ciência brasileira. As Reuniões Anuais tendem a ocorrer em estados com maior infraestrutura acadêmica, capacidade logística e densidade institucional, já as Reuniões Regionais e Especiais ampliam a presença da entidade em territórios menos recorrentes no circuito nacional de grandes eventos. Essa dinâmica indica que a itinerância não deve ser compreendida apenas como deslocamento geográfico, mas como prática institucional que articula visibilidade, cooperação e formação de redes.

Ao mesmo tempo, os limites observados mostram que a ampliação da presença territorial não elimina, por si só, desigualdades regionais acumuladas. Desse modo, as reuniões da SBPC podem ser interpretadas como dispositivos de circulação científica que, simultaneamente, ampliam a capilaridade da entidade e tornam visíveis as assimetrias do campo científico brasileiro.

6. Considerações finais

Este artigo analisou a distribuição espacial das Reuniões Anuais e Regionais da SBPC entre 1949 e 2025, buscando compreender como esses eventos participam da organização territorial da ciência brasileira. Com base na análise documental, na reconstrução histórico-institucional e na sistematização das sedes das reuniões, procurou-se evidenciar padrões de centralização, recorrência e interiorização, sem reduzir os eventos a simples deslocamentos geográficos ou a calendários administrativos.

Os resultados indicam duas lógicas complementares. As Reuniões Anuais tendem a se concentrar em estados com maior densidade institucional, infraestrutura acadêmica e capacidade logística, especialmente no Sudeste, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de polos relevantes no Sul e no Nordeste. As Reuniões Regionais e Especiais, por sua vez, apresentam maior capilaridade territorial e funcionam como instrumentos de interiorização, aproximando a agenda científica de universida-

des, redes educacionais e públicos situados fora dos principais centros consolidados. Essa diferença entre os dois circuitos permite observar a tensão entre concentração e difusão que atravessa a própria história da SBPC.

A análise também mostrou que a espacialização das reuniões se relaciona com assimetrias históricas do sistema científico brasileiro. A recorrência de determinadas sedes sugere a presença de capacidades institucionais acumuladas, redes de apoio, infraestrutura urbana e maior visibilidade acadêmica. Ao mesmo tempo, a realização de reuniões em regiões menos recorrentes contribui para ampliar a presença pública da ciência e criar oportunidades de cooperação local. Nesse sentido, as reuniões da SBPC podem ser interpretadas como dispositivos de circulação científica que expressam, simultaneamente, centralidades estabelecidas e esforços de capilarização territorial.

A trajetória institucional da SBPC reforça essa leitura. Sua atuação como entidade de mediação entre comunidade científica, Estado e sociedade, sua estrutura de governança, suas sociedades afiliadas e suas Secretarias Regionais demonstram que a organização da ciência também possui uma dimensão territorial. A distribuição das sociedades afiliadas, concentrada sobretudo no Sudeste, evidencia a força de polos tradicionais de pesquisa e pós-graduação, mas deve ser interpretada com cautela, pois a sede jurídica das entidades não corresponde necessariamente à distribuição efetiva de seus associados.

Também é necessário reconhecer os limites do estudo. A pesquisa trabalhou com registros institucionais, documentos de memória, dados de sedes e sínteses históricas, mas não reconstituiu de forma exaustiva os microprocessos internos de decisão da SBPC. Assim, não foram analisados sistematicamente os bastidores da escolha das sedes, os critérios de seleção de palestrantes, as redes de curadoria, os fluxos orçamentários, os perfis sociodemográficos dos participantes ou os efeitos de longo prazo das

reuniões sobre trajetórias institucionais e individuais. Por essa razão, as relações entre espacialização, visibilidade e prestígio foram tratadas como indícios interpretativos, e não como comprovação causal definitiva.

Essas limitações, contudo, abrem possibilidades para pesquisas futuras. Estudos posteriores poderão aprofundar a análise das programações, mapear redes de palestrantes e coordenadores, comparar perfis de gênero, raça, geração, titulação, área do conhecimento e localização institucional, além de investigar os efeitos pós-evento sobre parcerias, projetos, captação de recursos e fortalecimento de redes locais. Também seria relevante comparar a experiência da SBPC com outras associações científicas nacionais e internacionais, a fim de verificar como diferentes modelos organizativos produzem centralidades, circuitos de circulação e estratégias de interiorização.

Conclui-se que as Reuniões Anuais e Regionais da SBPC constituem uma chave relevante para compreender a territorialização da ciência brasileira. Elas ampliam a circulação pública do conhecimento, conectam instituições, mobilizam redes e contribuem para a presença nacional da ciência. Ao mesmo tempo, tornam visíveis desigualdades regionais persistentes, mostrando que ampliar a circulação territorial é condição importante, mas não suficiente, para reordenar centralidades historicamente constituídas. A contribuição do artigo está, portanto, em evidenciar que os eventos científicos da SBPC não apenas acompanham a geografia da ciência brasileira, mas também participam de sua produção ao articular infraestrutura, reconhecimento, circulação e território.

Referências

ALLEN, Johnny; O'TOOLE, William; MCDONNELL, Ian; HARRIS, Rob. **Organização e gestão de eventos**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BERNAL, John D. **The social function of science**. Cambridge: The MIT Press, 1967.

BOSCARIOL, Gabriel Amabile. **Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e a institucionalização da ciência durante a ditadura militar (1964-1985)**: a defesa de uma ciência nacional pela comunidade científica brasileira. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/2cc02910-5ff8-466c-90a9-a33982b72181. Acesso em: 11 ago. 2025.

BOTELHO, Antonio José Junqueira. The professionalization of Brazilian scientists, the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC), and the State, 1948-60. **Social Studies of Science**, London, v. 20, n. 3, p. 473-502, 1990. Disponível em: https://doi.org/10.1177/030631290020003004. Acesso em: 11 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BRANDÃO, Tiago. El papel de las asociaciones para el progreso de la ciencia en la génesis de las políticas científicas: Una mirada comparada. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS**, Buenos Aires, v. 18, n. 54, p. 93-123, 2023. Disponível em: https://ojs.revistacts.net/index.php/CTS/article/view/367. Acesso em: 11 ago. 2025.

BUSH, Vannevar. **Science**: the endless frontier a report to the president. Washington: United States Government Printing Office, 1945.

CANDOTTI, Ennio. A SBPC na Constituinte. *In:* MOREIRA, Ildeu de Castro; ROMA, Bruno de Andrea; GIL, Áurea (org.). **A SBPC e a Constituição brasileira**. São Paulo: SBPC, 2022. p. 81-99.

CAPOVILLA, Thaís Garcez. **O Progresso Ressignificado**: discussões sobre ciência, sociedade e a SBPC em Ciência e Cultura (1948-1990). 2024. 142 f. Dissertação (Mestrado

em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1392781. Acesso em: 10 ago. 2025.

CARDOSO, Jorge Alexandre Nogared**. Ciência e cultura:** contribuições das reuniões anuais da SBPC. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193609. Acesso em: 11 ago. 2025.

COIMBRA, Fernanda Silva; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. A process for the identification and analysis of scientific articles in conference proceedings. **Advanced Notes in Information Science**, Tallinn, v. 2, p. 74-81, 2022. Disponível em: https://anis.pro-metrics.org/index.php/a/article/view/11. Acesso em: 5 jun. 2026.

COLLINS, Harry; LEONARD-CLARKE, Willow; MASON-WILKES, Will. Scientific conferences, socialization, and the Covid-19 pandemic: A conceptual and empirical enquiry. **Social Studies of Science**, London, v. 53, n. 3, p. 379-401, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/03063127221138521. Acesso em: 11 fev. 2025.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora UNB, 1990.

FERREIRA, José Roberto. A SBPC no governo dos generais (1964-1985). *In*: NADER, Helena Bonciani; BOLZANI, Vanderlan da Silva; FERREIRA, José Roberto. (org.). **Ciência para o Brasil**: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). São Paulo: SBPC, 2019. p. 73-120.

FIORAVANTI, Carlos. Nasce a SBPC, cresce a ciência brasileira. *In*: NADER, Helena Bonciani; BOLZANI, Vanderlan da Silva; FERREIRA, José Roberto. (org.). **Ciência para o Brasil**: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). São Paulo: SBPC, 2019. p. 51-71.

FONSECA, Marina Assis. **Constituição de Valores de "Ciência e Cultura" no Brasil (1948-1988)**. 2012. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/3afe6bfa-021a-4625-8b0a-9f0b7a902fe5. Acesso em: 22 jun. 2026.

GETZ, Donald; PAGE, Stephen J. **Event studies**: theory and management for planned events. London: Routledge, 2024.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIZYCKI, Rainald von**.** The associations for the advancement of science: an international comparative study. **Zeitschrift für Soziologie**, München, v. 8, n. 1, p. 28-49, 1979. Disponível em: https://doi.org/10.1515/zfsoz-1979-0103. Acesso em: 11 ago. 2025.

GUIMARÃES, Vera Aparecida Lui; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Os eventos científicos: espaços privilegiados para a comunicação científica. **Comunicologia**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 204-229, 2014. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rceucb/article/view/5656. Acesso em: 22 jun. 2026.

HAGSTROM, Warren O. **The scientific community.** New York: Basic Books, 1965.

KLEBIS, Daniela de Oliveira. **Da bancada aos manifestos**: a SBPC e a política científica e tecnológica do Brasil pós-década de 1990. 2024. 259 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1386336. Acesso em: 12 ago. 2025.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic cultures**: How the sciences make knowled*ge*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LACERDA, Aureliana Lopes de; WEBER, Claudiane; PORTO, Marchelly Pereira; SILVA, Romário Antunes da. A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 130-144, 2008. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/553. Acesso em: 6 jun. 2026.

LOPES, Guilherme Augusto Hilário. **A relação do território na difusão do conhecimento científico**: uma análise da 69ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2019/366417_1_1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

LOPES, Guilherme Augusto Hilário; AUGUST, Nina Beatriz; MATTEDI, Marcos Antônio; SPIESS, Maiko Rafael. Modelos de análise da relação entre espaço e atividade científica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. p. 1-14. Disponível em: http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16845/4336. Acesso em: 14 ago. 2025.

LOPES, Guilherme Augusto Hilário; MATTEDI, Marcos Antônio. A geografia do conhecimento e da ciência: uma abordagem espacial sobre a produção do saber. **Revista de Ensino e Cultura**, Natal, v. 8, n. 3, p. 127-144, 2025. Disponível em: https://www.uniceuna.com.br/instituto/iniciacao_cientifica/arquivos/revista_ensino_cultura_2025_n3.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

MATTEDI, Marcos Antônio; SPIESS, Maiko Rafael. **O pântano cognitivo**: efeitos emergentes da comunicação científica. Blumenau: Edifurb, 2023.

MERTON, Robert K. **The Sociology of Science**: Theoretical and Empirical Investigations. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MORAES, Fernando Tadeu. Colaboração, sem colaboracionismo. *In*: NADER, Helena Bonciani; BOLZANI, Vanderlan da Silva; FERREIRA, José Roberto (org.). **Ciência para o Brasil**: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). São Paulo: SBPC, 2019. p. 122-151.

MOREIRA, Ildeu de Castro. Ciência e Tecnologia na Constituição: a atuação da SBPC e do Movimento de C&T na Constituinte. *In:* MOREIRA, Ildeu de Castro; ROMA, Bruno de Andrea; GIL, Áurea (org.). **A SBPC e a Constituição brasileira**. São Paulo: SBPC, 2022. p. 100-119.

NEVES, Fabrício Monteiro. A diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 241-252, 2009. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/29361. Acesso em: 22 jun. 2026.

OLIVEIRA, Fabíola. Pelo interior do Brasil. *In*: NADER, Helena Bonciani; BOLZANI, Vanderlan da Silva; FERREIRA, José Roberto (org.). **Ciência para o Brasil**: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). São Paulo: SBPC, 2019. p. 173-184.

PUCCINELLI, Eleonora *et al.* Hybrid conferences: opportunities, challenges and ways forward. **Frontiers in Marine Science**, Lausanne, v. 9, e902772, 2022. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/marine-science/articles/10.3389/fmars.2022.902772/full. Acesso em: 23 jun. 2026.

SARABIPOUR, Sarvenaz *et al.* Changing scientific meetings for the better. **Nature Human Behaviour**, London, v. 5, n. 3, p. 296-300, 2021. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41562-021-01067-y. Acesso em: 23 jun. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **70 Reuniões anuais da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2018. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/70reunioesanuais.pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **Diretorias anteriores**. São Paulo: SBPC, 2025a. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/historico/diretorias-anteriores/. Acesso em: 13 ago. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **Sociedades associadas**. São Paulo: SBPC, 2025b. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/sociedades-associadas/. Acesso em: 13 ago. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **Reuniões anuais**. São Paulo: SBPC, 2025c. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/eventos/tipo/reunioes-anuais/. Acesso em: 13 ago. 2025.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência**: A formação da comunidade científica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2015.

SHINN, Terry; JOERGES, Bernward. The transverse science and technology culture: dynamics and roles of research-technology. **Social Science Information**, London, v. 41, n. 2, p. 207-251, 2002. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901 8402041002003. Acesso em: 24 jun. 2026.

SPIESS, Maiko Rafael; MATTEDI, Marcos Antônio. Eventos Científicos: da pirâmide reputacional aos círculos persuasivos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 441-471, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/pjbPBJXpb7FD6NKXGtxvrYQ/. Acesso em: 24 jun. 2026.

WU, Juncheng *et al.* Virtual meetings promise to eliminate geographical and administrative barriers and increase accessibility, diversity and inclusivity. **Nature Biotechnology**, London, v. 40, n. 1, p. 133-137, 2022. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41587-021-01176-z. Acesso em: 24 jun. 2026.